

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA SE MANIFESTA CONTRA A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA

POR QUE A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP) É CONTRÁRIA À LEGALIZAÇÃO DA MACONHA:

1. Falta de estrutura para o tratamento de dependentes. O Brasil não possui uma rede comunitária ambulatorial e hospitalar para as pessoas que desenvolvem transtornos mentais ou de comportamento em decorrência do uso da droga. Com o potencial aumento do consumo, ocorrerá também um aumento do número de dependentes. É inadequado discutir modelos que funcionam em outras nações sem compreender a realidade de saúde brasileira.

2. Maconha é ainda mais danoso à saúde que o cigarro. Quem fuma maconha consome quatro vezes mais alcatrão do que se fumasse um cigarro de tabaco e cinco vezes mais monóxido de carbono, duas substâncias associadas diretamente ao câncer de pulmão.

3. Alto risco e impacto no desenvolvimento dos jovens. Dos 12 aos 23 anos, o cérebro está em pleno desenvolvimento. Quanto mais precoce o uso da droga, maiores são as chances de dependência. A ação da maconha nessa fase de formulação cerebral pode ser irreversível. Com a legalização deveria aumentar o número de usuários, especialmente entre os adolescentes. Quando usada na adolescência, o risco de dependência é o mesmo da cocaína, ou seja, 15%.

4. Maconha causa prejuízo a diversos órgãos e sistemas humanos. Estudo de 2012, conduzido pelo psiquiatra Ronaldo Laranjeira, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria, apontou que a maconha multiplica por 3,5 vezes a incidência de desenvolvimento de esquizofrenia e também multiplica por 5 vezes as chances de desencadear no usuário o Transtorno de ansiedade.

5. Uso terapêutico da droga ainda está em fase de estudos. Há normas legais no Brasil referentes ao uso experimental de qualquer nova terapêutica, inclusive o eventual uso de derivados da cannabis. Sendo assim, bastaria cumprir essas normas para que seja possível cumprir tal finalidade sem a necessidade da legalização total da droga. Usar o falso pretexto de que a maconha faz bem é ingênuo e perverso. O que pode eventualmente vir a ser útil são substâncias extraídas da maconha, sem características alucinógenas, como ocorre com o Canabidiol, vendido em formulações a óleo e spray. A maconha fumada não possui nenhuma evidência científica com relação a sua eficácia terapêutica.

6. Não impacta na diminuição da violência. A legalização da maconha não é o caminho para diminuir a violência. As leis e as proibições não eliminam totalmente os crimes, mas diminuem sua incidência e o número de vítimas. Os países que endureceram as leis contra as drogas foram os que mais reduziram o número de dependentes e a violência. É assim na China, em Cuba, nos EUA e na Suécia, para citar alguns exemplos. E a legalização da maconha não influenciaria o tráfico, pois somente 20% do dinheiro do tráfico advém da maconha.

7. Ineficiência no controle de outras drogas, como álcool e o cigarro. O Brasil tem dificuldade na fiscalização da compra de cigarros e bebidas alcoólicas por adolescentes. De acordo com dados do Instituto Nacional de Câncer, 52,6% dos adolescentes já compraram cigarros, sem que na maioria dos casos lhes tenha sido solicitada a carteira de identidade. Quadro similar ocorre com a venda de bebidas alcoólicas. Com a legalização da maconha em nosso país, o mesmo ocorreria. Além do mais a legalização da maconha aumentará o número de acidentes e mortes no trânsito, segundo o estudo dos professores Mark Asbridge, Jill A Hayden e Jennifer L Cartwright <http://www.bmj.com/content/344/bmj.e536>

8. Legalização não encontra respaldo em mais influente agência reguladora do mundo. A agência americana FDA (Food and Drug Administration) referência mundial no que diz respeito à saúde pública, se posiciona contrária à legalização ou ao uso da maconha fumada para fins terapêuticos. A legalização da maconha para uso medicinal é indefensável cientificamente e só parecer servir para justificar a legalização para o uso recreativo.

9. Desconhecimento do impacto que a maconha pode causar na estrutura psíquica do usuário. A droga, quando fumada, piora todos os quadros psiquiátricos, que já atingem até 25% da população, como depressão, ansiedade e bipolaridade. A maconha pode desencadear primeiras crises graves, mudando a história natural de doentes que poderiam viver incólumes a riscos transmitidos geneticamente.

10. Maioria dos brasileiros é contra a legalização. Recente levantamento nacional (LENAD 2012) mostrou que 75% dos entrevistados se disseram contrários à legalização da maconha. Pesquisa ainda mais recente (maio/2014), do Instituto Gerp, atesta que 69% dos moradores do Estado do Rio de Janeiro também são contra.

Por estes, entre outros motivos, a ABP se posiciona contra o Projeto de Lei que legaliza a maconha.

Esse manifesto é assinado pela ABP, pela Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas - ABEAD e todos os médicos psiquiatras componentes da Comissão de Dependência Química da ABP, são eles: **Ronaldo Ramos Laranjeira**, PhD em Psiquiatria na Universidade de Londres no setor de Dependência Química e é professor titular do Departamento de Psiquiatria da UNIFESP; **Analice de Paula Gigliotti**, Chefe do Setor de Dependências Químicas e Comportamentais do Serviço de Psiquiatria da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro; **Carlos Salgado**, Especialista em Dependência Química pela UNIFESP; **Marcelo Ribeiro de Araújo**, professor e investigador principal da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas - UNIAD; **Valdir Ribeiro Campos**, Especialista em Dependência Química pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e Membro da Comissão de Controle do Tabagismo, Alcoolismo e Outras Drogas da Associação Médica de Minas Gerais- CONTAD/AMMG; **Pedro Eugênio Mazzuchi Ferreira**, Coordenador do Ambulatório de Dependência Química do Hospital São Lucas PUCRS; **Frederico Garcia**, Professor do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina da UFMG e Coordenador do Centro Regional de Referência em Crack e em outra Drogas; **Ana Cecília Marques**, Presidente do Comitê Multidisciplinar de Estudos sobre Dependência de Álcool e Outras Drogas da Associação Paulista de Medicina -APM e Presidente da ABEAD e **Carla Bicca**, Especialista em Dependência Química – FIPAD/UNIFESP.

